



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação
Departamento de Habitação Rural

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DO MCMV RURAL
Instituído pela Portaria MCID nº 646, de 5 de junho de 2023

1. DATA: 14 de março de 2025

2. LOCAL: reunião virtual

3. PRESENTES

3.1 MEMBROS

Secretaria Nacional de Habitação MCID

Caixa Econômica Federal, agente financeiro
Ministério da Igualdade Racial – MIR
FUNAI

CMP
CONAQ
CONTRAF

CONTAG
MCP
MPA
MST
UNMP

Mirna Quinderé Belmino Chaves
Monique Toledo Salgado
José Cristiano Rilling da Nova Cruz
Maria Alice Bueno Accorsi
Cláudia Lúcia Soares
Suzi Yoko Oti Gonçalves
Victor Lemos Cruzeiro
Jovana Andrade Leal Moreira
Breno Gregores Dias de Aguiar
Luís Carlos (Carlito) Reis
Mário (Marinho) dos Santos Campos Júnior
Eustácio Magno de Souza Macêdo
Ari José Pertuzatti
Arnaldo Brito
Lucas Henrique Alves de Moraes
Caio Júnior Santanna
José Eduardo Gomes de Moraes
Osmundo Joaquim Neves da Silva

3.2 CONVIDADOS

Casa Civil da Presidência da República

Ministério das Cidades

Caixa Econômica Federal, agente operador
Caixa Econômica Federal, agente financeiro

MST
Representantes das equipes técnicas

Eronides Pereira Oliveira Neto
Paola Lisboa Coda Dias
Larissa Alves Lacerda
Caroline Moreira Barbosa Brito
Alice de Almeida V. de Carvalho
Joana d'Arc Freire Silva
Marilda Oliveira de Britto Cohen
Elissandra Souza Mendes Moraes
Christiano Romanholo Marques de Jesus
Simone Monice
Roque
Joacílio Marques
Carla Denise Cardoso (COCEARGS)
Laura (MST/MS)
Simone
Tânia e Cezar
Célia Fonsêca
Thaíse de Oliveira

Alice Carvalho
Fernanda Escobar (COCEARGS)
Elaine Wames (COOHAF RS)
Renan Nogueira
Ângelo
Maria Luiza

4. PAUTA

4.1 Melhoria habitacional no MCMV Rural

5. DESENVOLVIMENTO DA PAUTA

5.1 A reunião foi aberta pela coordenadora do Comitê de Acompanhamento do MCMV Rural e diretora do Departamento de Habitação Rural - DHR, Mirna Chaves, que explicou que o encontro tinha por objetivo ouvir os movimentos representados no Comitê, as entidades organizadoras, a área de engenharia do agente financeiro CAIXA e, principalmente, os profissionais responsáveis pelos projetos arquitetônicos e de engenharia e pela execução das obras das propostas contratadas. Esta oitiva visa melhor esclarecer ao MCID como está o desempenho da linha de atendimento de melhoria habitacional e quais os principais problemas em sua implementação.

5.2 Informou a coordenadora que a oportunidade para essa discussão foi provocada por uma demanda do Presidente da República ao Ministro das Cidades para que este Ministério atenda com prioridade as famílias residentes em áreas rurais que não têm banheiro em suas moradias, déficit que, conforme o Censo de 2022, chega a um milhão de domicílios. Para responder a essa demanda, o MCID identificou quais linhas de atendimento podem oferecer solução imediata. O MCMV Rural, desde seu nascedouro, em 2009, oferece às famílias a possibilidade da melhoria habitacional, isso é, custeia a reforma das moradias com o objetivo de qualificá-las, tanto em suas instalações quanto para dar melhores condições de habitabilidade às pessoas que nelas residem. Portanto, esta linha de atendimento é a que atende à demanda presidencial para solucionar a demanda por banheiros nas moradias rurais.

5.2.1 No entanto, considera a coordenadora do Comitê, em que pese essa solução estar disponível, agora na versão de kits, que dá maior exequibilidade à alternativa da reforma, no último processo de seleção, das mais de 75 mil unidades habitacionais – UHs selecionadas, pouco mais de três mil foram destinadas à melhoria habitacional, número pouco expressivo. Portanto, o que o MCID pretende com esta reunião extraordinária do Comitê é conhecer, pela manifestação daqueles que efetivamente projetam e produzem as obras, os problemas e as soluções trazidas pela alternativa da melhoria habitacional por meio dos kits, com vistas a empregá-la para atender à demanda do Presidente da República.

5.3 Para nivelar as informações, a coordenadora do Comitê, passa a realizar uma apresentação resumida, **cópia anexa**, sobre os dados relativos à melhoria habitacional no MCMV Rural. Ao encerrar sua apresentação, consulta os movimentos representados se conseguiram convocar os técnicos que prestam serviços às EOs para participar da reunião e pede para que tais especialistas, assim como o corpo de engenharia da CAIXA, coloquem suas questões e experiências para que o MCID possa compreender melhor como é operar a melhoria habitacional e como se pode melhorar essa questão da assistência técnica. A intenção do MCID é realizar o mais possível com menos recursos, tendo em vistas sua frequente limitação de recursos orçamentários.

5.4 Joacílio Marques, integrante de empresa que presta assessoria técnica à entidade organizadora Arca, sediada no Rio Grande do Norte, pergunta à coordenadora do Comitê se, pelas

regras do programa, as melhorias habitacionais impactam na capacidade de execução simultânea das EOs, ao que a coordenadora responde que as melhorias habitacionais impactam na capacidade de execução da EO tanto quanto a produção.

5.4.1 Com base na resposta, Joacício Marques reconhece que este fato pode influenciar a decisão das EOs, pois, ao menos no RN, a demanda é muito maior do que a capacidade de MCMV Rural tem de atender e, por consequência, as entidades dão prioridade ao atendimento da demanda por novas moradias.

5.4.2 A coordenadora comenta que o valor do subsídio da melhoria habitacional corresponde a quase 55% do valor concedido à produção de uma habitação nova e que nenhuma outra iniciativa anterior do Governo Federal, concedeu valor proporcionalmente tão elevado. Portanto, considera que, ao que parece, este valor não é pequeno. Então, consulta o convidado se ele considera que a dificuldade maior é o valor do subsídio estabelecido para a melhoria ou se é pelo fato de que a oportunidade de realizar uma melhoria concorre com a possibilidade de produzir uma casa nova.

5.4.3 Joacício Marques responde que as entidades não têm recursos para antecipar das despesas que se fazem necessárias para apresentar um projeto individualizado de melhoria para cada casa. Para poder realizar esse projetos individualizados, as assessorias técnicas precisam ir a campo e entrevistar as famílias para definir qual a demanda por reforma para cada moradia. Para poder realizar esse trabalho é preciso uma equipe técnica multidisciplinar para entender a demanda de cada família, verificar o que o MCMV Rural oferece de soluções e, a partir disso, criar uma solução apropriada. Portanto, em um grupo de 50 famílias, são 50 realidades distintas e a solução é individual para cada uma delas. Desta forma, há um custo que a EO precisa arcar antes de montar uma proposta para ter conhecimento da realidade que vai enfrentar.

5.5 A palavra é concedida a Ângelo, responsável técnico de entidades vinculadas ao MCP no estado de Goiás. O convidado informa que o movimento entregou propostas correspondentes a mais de 200 unidades para melhoria habitacional e que a demanda por melhoria é maior do que a demanda por novas moradias. Relata que nas vistorias que foram realizadas para a montagem das propostas, muitas moradias foram excluídas da lista de elegíveis porque as condições de habitabilidade e segurança das moradias não eram satisfatórias para a realização de reformas.

5.5.1 Informa que, pelo que foi exposto pela coordenadora do Comitê, compreendeu que, em novo processo seletivo, a porta de entrada vai ser o banheiro. Porém, considera que, neste caso, deverá haver maior flexibilidade nas regras de avaliação das condições de habitabilidade das moradias em favor de produzir a melhoria do banheiro, pois normalmente essas casas precisam muito mais do que um novo sanitário. Considerando o valor previsto para o kit banheiro, o saldo do subsídio pode não ser capaz de resolver todos os problemas da moradia de forma a lhe conferir a habitabilidade exigida para que se realizem melhorias. Em muitos casos, foi necessário desclassificar uma casa que não tinha banheiro, pois ela não tinha condições de habitabilidade que o MCMV Rural exige para conceder o subsídio.

5.5.2 A coordenadora do Comitê informa que há uma discussão técnica na SNH a respeito dessa questão, isto é, se é razoável e possível se adotar uma ação de governo em que se custeie a construção de um banheiro e se deixe de lado as demais necessidades para superar a inadequação daquela moradia. E consulta o representante da área de engenharia da CAIXA, se a superação da inadequação para conceder a melhoria é avaliada pela CAIXA. Christiano de Jesus, convidado da área de engenharia do agente financeiro, informa que a CAIXA verifica as condições de habitabilidade da moradia, conforme definido pela Portaria nº 741/2023. Ou seja, questões

relacionadas com a solução adequada de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de energia elétrica, mitigar situações de insalubridade, condições de iluminação. Entretanto, esclarece que a CAIXA se baseia nas informações prestadas pela EO e que não realiza vistoria em todas as moradias, inclusive pelo fato de as moradias serem unidades isoladas e dispersas. E chama a atenção para o fato de que existe uma responsabilidade técnica quando da apresentação da proposta e, por esse motivo, a CAIXA considera que aquelas condições de habitabilidade exigidas em portaria estão sendo atendidas. Quanto à vistoria, ela só é realizada pela CAIXA ao final da obra. Portanto, o agente financeiro confere confiabilidade à informação apresentada pela EO.

5.6 A palavra é concedida à convidada responsável pela assessoria técnica da COOHAF/RS, Elaine Wames, que informa que na atuação de sua EO a prioridade é o atendimento das famílias que necessitam de novas casas, em decorrência da situação resultante da calamidade acontecida no estado do Rio Grande do Sul. A entidade considerou que, em função da calamidade, a demanda por reformas, que é grande, deveria ser atendida na seleção do ano seguinte. Considera que a reforma demanda um trabalho mais minucioso de vistoria por parte das assessorias técnicas, o que demanda um investimento antecipado maior. Inclusive a tarefa de produzir projetos individualizados para cada reforma. Nos casos de reforma, não se trata simplesmente de verificar qual a melhor posição para ser implantada a nova moradia. E tendo em vista que a última contratação do rural aconteceu em 2016, as equipes técnicas são novas e precisam se inteirar das regras e condições estabelecidas pelo MCMV Rural, mais um motivo para optar pelo atendimento da demanda por moradia nova, solução tecnicamente mais simples.

5.7 A próxima a se manifestar foi a convidada Carla Denise Cardoso, representando a EO COCEARGS. Inicia sua manifestação informando que uma das questões que impactam na opção por melhoria habitacional nos assentamentos da reforma agrária é a logística, pois a distância dos assentamentos das cidades encarece muito o frete, especialmente pela diversidade de itens necessários para a realização das reformas individualizadas, que tornam a compra difícil nas pequenas cidades, fazendo com que a compra de materiais tenha que acontecer em outras cidades, o que encarece os preços.

5.7.1 Outra questão que impacta na opção pela reforma, informa a representante do COCEARGS, é a precariedade estrutural das casas, fator que dificulta a iniciativa de obras, sob risco de comprometer a moradia existente, sendo o recurso do subsídio pequeno para o tamanho da precariedade da moradia. Por esse motivo, a opção é a casa nova, apesar de a cooperativa ter uma grande demanda reprimida por melhoria habitacional. Uma discussão que a equipe da COCEARGS vem mantendo é sobre a forma como poderá atender a essa demanda, considerando o pequeno valor de subsídio estabelecido e as condições precárias das moradias.

5.8 A palavra foi passada para Lucas de Moraes, representante do MCP, que reconhece o baixo nível de adesão em favor da melhoria habitacional, que se dá por alguns fatores. Primeiramente, no passado, quando eram apresentadas propostas de reforma, a CAIXA entendia que a casa tinha que ser entregue toda reformada. Hoje com os kits a situação é diferente, mas as entidades continuaram com o entendimento anterior. Esse entendimento só foi corrigido depois da divulgação do resultado da seleção. Portanto, uma parte da justificativa se encontra nessa dificuldade inicial de compreender o novo formato da melhoria habitacional.

5.8.1 O representante consulta o MCID se o foco para a nova fase de seleção do MCMV Rural é efetivamente o atendimento das moradias sem banheiro, mesmo sem condições de habitabilidade. Neste caso, considera que o MCID deveria avaliar como é possível reduzir os custos que antecedem o primeiro desembolso e como reduzir o nível de exigências quanto à

documentação do projeto para a contratação, considerando o agravante dos deslocamentos necessárias para acessar os beneficiários que vivem muito distantes uns dos outros.

5.9 A coordenadora do Comitê, Mirna Chaves, informa que a falta de banheiro como porta de entrada para um novo processo seletivo ainda é um ponto em discussão dentro da SNH, sempre buscando atender ao comando do Presidente de focar nas famílias que não têm banheiro ou que têm banheiro muito precário, fora da casa.

5.10 O representante do MPA, Caio Santanna, inicia sua participação dizendo que se pode ver que, de modo geral, há demanda reprimida muito grande por melhoria habitacional em todos os Estados, em grande parte porque ainda não se conseguiu vencer os problemas para promover a melhoria. Foram vencidos os problemas de apresentação de propostas, mediante a introdução dos kits, mas ainda há problemas quanto à execução das obras. Sugere que se conheça a experiência do PRONAF Moradia, que tem uma forma de operacionalização mais ágil. Este programa, operacionalizado pelo Banco do Brasil, financia, mediante operação de crédito, a melhoria e a produção de moradias rurais. Para tomar o crédito, o agricultor precisa somente apresentar a planta baixa e o orçamento correspondente. Cabe ao banco somente verificar, ao final da obra, se o objeto contratado foi atendido. Claro que, neste programa, o agricultor corre o risco do crédito, fator que facilita a flexibilização dos procedimentos.

5.10.1 Sugere que se siga o exemplo do PRONAF Moradia, com a EO apresentando projetos e orçamentos individualizados para cada unidade habitacional e a CAIXA verificando ao final de o objeto está atendido. Avalia o representante do MPA que, desta maneira, se conseguirá dar maior vazão à demanda pela melhoria habitacional. De outra maneira, se repetirá a experiência passada.

5.10.2 Quanto à família sem banheiro, em regra não é só o banheiro que está comprometido, é toda a casa que está em condições precárias.

5.10.3 A coordenadora do Comitê avalia que a proposta do representante do MPA é uma solução mais complexa do que aquela hoje normatizada para melhoria habitacional do MCMV Rural, na qual, com a solução dos kits, a EO não precisa apresentar nem projetos nem orçamento para a contratação. O único documento técnico exigido é um laudo da assistência técnica definindo quais kits a casa precisa e qual a inadequação que ela se pretende solucionar com os kits. O orçamento é aquele definido pelo MCID para cada kit. Provavelmente, os projetos precisarão ser desenvolvidos para que a obra possa ser executada, mas não antes.

5.10.4 O problema no MCMV Rural, segundo o representante do MPA, é que, com o valor do subsídio estabelecido para a melhoria, nem sempre a inadequação da casa vai estar totalmente solucionada. E no momento da vistoria, a CAIXA vai avaliar as condições da moradia toda e pode exigir que as condições de habitabilidade sejam atendidas.

5.10.5 Após a manifestação do representante do MAP, a coordenadora do Comitê busca traduzir com suas palavras a preocupação do representante do MPA, para ver se realmente conseguiu compreender a questão por ele trazida. Entende que o que o representante do MPA está a defender é que, quando o laudo da assessoria técnica da EO apontar para um conjunto de kits, a vistoria do agente financeiro se atenha somente à verificação sobre a execução desses kits, sem se deter em verificar se os problemas de inadequação da casa toda foram solucionados. O representante do MPA confirma que esta foi a sua proposta e que este foi o debate que seu movimento vem tendo para analisar quais os benefícios e quais os malefícios de adotar uma solução como essa.

5.11 O representante da CONTRAF, Eustácio Macêdo, analisa que um empecilho para a adoção de solução de melhoria é que as entidades, que tem um limite de execução simultânea de unidades habitacionais, preferem comprometer seu limite na execução de unidades novas. Ainda comenta que famílias que residem em moradias precárias preferem um nova casa a reformar a que existe.

5.11.1 Por este motivo, defende que, no momento da revisão das regras do MCMV Rural, sejam definidos limites diferentes por entidade para reforma e para construção de moradias, para que as duas linhas de atendimento não concorram entre si. Também defende que a proposta de melhoria habitacional seja beneficiada por algum tipo de critério de hierarquização de propostas no momento da seleção, com o intuito de aumentar o atendimento por meio da melhoria habitacional. Ainda pondera que o valor do subsídio para a melhoria deve levar em conta o problema de logística, que aumenta a dificuldade de execução da obra.

5.12 A representante da COOHAF, Eliane Wames, toma a palavra para complementar o que foi dito pelo representante do MPA, em relação à realidade do meio rural no Rio Grande do Sul, em que a casa sem banheiro é uma casa inadequada para reforma por diversos motivos técnicos. Uma experiência grande de parceria entre o Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/RS e as prefeituras, de construir módulos de banheiro no meio rural, identificou esta dificuldade de colocar o banheiro como obra prioritária na casa, pois toda a casa é inadequada para moradia. Avalia que colocar o banheiro como o principal foco de investimentos do governo federal vai excluir mais famílias da solução da inadequação de sua moradia. E como arquiteta, tem preocupação com a realização de melhorias em moradias deterioradas. Também manifesta preocupação com eventual avaliação da CAIXA sobre as áreas da casa que não receberão obras, se o agente financeiro vai apontar outras obras que se considere necessárias, mas que não cabem no valor limite do subsídio.

5.13 Para responder aos questionamentos de eventuais exigências que o agente financeiro possa fazer, no momento da vistoria, de complementação de obras, fora dos kits, o convidado representante da área de engenharia da CAIXA, Christiano de Jesus, informa que para a apresentação da proposta basta que seja indicado qual a necessidade da moradia e quais kits atendem a essas necessidades. A verificação dessas informações é feita apenas de forma documental e ao, final da obra, é feita uma vistoria para atestar se o serviço proposto pelo beneficiário foi executado.

4.14 A convidada Fernanda Escobar, representando a COCEARGS, do Rio Grande do Sul, que atua junto ao MST, reafirma o depoimento dos demais e relata que, por sua experiência no trabalho em campo, as casas que não têm banheiro são casas que não têm condições de passar por reforma. Muitas vezes são casas de chão batido que devem ser enquadradas como demanda por nova moradia. São pessoas que estão em situação de muita vulnerabilidade.

4.14.1 A convidada informa que a entidade não desenvolve propostas para melhoria, somente para produção de novas moradias. Alega que, enquanto uma proposta para novas moradias exige um único projeto, comum para todas as famílias, a reforma exige um laudo e um projeto para cada unidade habitacional. E conclui dizendo que isso não é sustentável com o valor do subsídio de 40 mil reais, pois, para o projeto individualizado, é necessário enviar um técnico para campo para fazer os levantamentos de cada item e produzir o laudo.

4.14.1 Além disso tem a questão da complexidade da logística pois, para cada casa é necessário enviar um kit específico de materiais, diferente dos demais, o que não é a mesma coisa que ir em um fornecedor, comprar uma remessa de tijolos e distribuir quantidade igual para todas as casas. Muitas vezes é necessário montar uma logística para entregar o material

específico para uma única casa distante 100 km do local em que o material é comprado. Todos esses fatores tornam a melhoria habitacional inviável para a COCEARGS.

4.14.2 Sobre a manifestação da representante da COCEARGS, a coordenadora do Comitê pondera que atualmente o valor do subsídio oferecido para reforma representa quase 55% do valor estabelecido para a produção de novas unidades. E considera que, se for necessário aumentar esse valor, é de se considerar se não vale a pena mesmo a substituição da casa.

5.15 O representante da CONAC, Mário (Marinho) Campos Jr., manifesta que uma grande dificuldade para a reforma é a apontada pelos demais, a precariedade da moradia e a decorrente necessidade de atender a outras prioridades, mais importantes do que a necessidade da construção de um módulo sanitário. Dificilmente, em Pernambuco, cuja na zona rural é muito populosa, se encontra uma moradia com menos do que cinco pessoa, portanto a demanda pela construção de um quarto é muito grande. E nas outras regiões, assim como em Pernambuco, a necessidade é pela construção da casa, não pela reforma.

5.16 O representante do MST, J. Eduardo de Moraes, pergunta se a CAIXA vai aceitar o laudo técnico apresentado pela EO sem questionar e se a fiscalização acontecerá só no final da obra, pois, nesse caso, a solução por meio da melhoria habitacional fica mais viável, mesmo que mais na frente dê problema com as questões da execução.

5.16.1 Para tornar viável a demanda do Presidente da República, o representante do MST propõe que o valor correspondente ao banheiro seja acrescido ao valor estabelecido para o subsídio da melhoria habitacional.

5.17 O representante do MCP, Lucas de Moraes, apoia a proposta do representante do MST no que se refere ao custeio do banheiro separado dos recursos destinados ao MCMV Rural. Informa que estava entendendo que a proposta do Ministério, ao atender à demanda do Presidente da República, era de somar recursos aos hoje existentes para atender à demanda por moradia rural, separar os recursos, por meio de um novo programa, destinado atender à nova encomenda, mantendo a previsão de gastos e de seleção do MCMV Rural como está hoje.

5.18 A coordenadora do Comitê se manifesta sobre as propostas apresentadas pelos representantes do MST e do MCP, a respeito de ter uma ação separada para diminuir o déficit de banheiros nas moradias rurais. Informa que a intenção do Ministério das Cidades é debater internamente e colher subsídios com eventos como esta reunião para decidir qual o formato que pode ser dado para atender à demanda do Presidente da República, se são linhas de atendimento diferente, se será definido um novo programa ou outra solução. E manifesta sua satisfação com o resultado que está sendo obtido ao longo desta reunião, com o enriquecimento que se está conseguindo para posterior desenho da ação governamental a partir das contribuições de quem está executando efetivamente o MCMV Rural.

5.19 O representante do CMP, Luís Carlos (Carlito) Reis, manifesta concordância do depoimento dos demais de que o problema é mesmo da logística que se faz necessária para atender a comunidades distantes, muito mais do que o valor do subsídio para realizar uma operação de melhoria habitacional. Por esse motivo, a produção compensa mais do que a melhoria.

5.19.1 Para dar um estímulo para que as entidades promovam ações de melhoria habitacional, sugere que as reformas não contem no limite de execução simultânea conferido pelo grau de habilitação da entidade. Avalia que mesmo que se aumente o valor do subsídio, mesmo que se resolva a questão da logística, que se melhore a operacionalização do MCMV Rural, a reforma não avançará enquanto o não for permitido que as reformas contem como

quantidade excedente ao limite de execução das entidades. Exclusivamente em relação aos banheiros, a questão é outra. A rigor toda a casa que não tem banheiro, precisa de reforma.

5.20 O representante da CONTAG, Arnaldo Brito, manifesta que é um grande acerto da coordenação do Comitê haver proposto que fossem chamados os que estão na base discutindo e vivenciando o programa para dar voz a eles. Sugere que, em se tratando de melhorias, cada entidade sistematize suas contribuições na área de engenharia e encaminhem ao Comitê para que sejam mais bem analisadas em futuras reuniões ordinárias, pois podem contribuir muito para o debate da revisão do MCMV Rural.

5.20.1 Louva a iniciativa de dar dignidade aos moradores da zona rural por meio da provisão de banheiros e considera que agora o grande desafio é não incorrer no erro de oferecer um banheiro realmente digno para uma família que não tem uma moradia digna.

5.20.2 Propõe o debate sobre a capacidade de execução simultânea da entidade. Não tem dúvida de que as entidade sempre vão preferir produzir novas moradias do que promover a reforma de casas, pelos motivos já apontados pelo demais e pela demanda e o déficit habitacional no campo. Diz que o debate sobre o assunto deve ser feito e sugere que entidades que estão construindo casas não tenham contabilizadas em seu limite de capacidade de execução simultânea as iniciativas de melhoria habitacional. Esta é uma maneira de não penalizar a EO que opte por realizar obras de melhoria habitacional.

5.21 O representante da UNMP, Osmundo da Silva, considera também que não é possível construir banheiro em casas que precisam de reforma, pois será necessário investir na estrutura da moradia. Se é para focar em banheiro, se a porta de entrada vai ser o banheiro, ele não caberia dentro da reforma da casa. Avalia que a solução mais viável para resolver o problema do déficit de banheiro no meio rural é desvincular sua construção do corpo da casa, pois, em muitos casos, as casas são de taipa ou de palha, não sendo possível construir um banheiro associado a essas casas. Um banheiro digno tem que ser feito fora da estrutura da casa.

5.21.1 E o representante da UNMP se soma à sugestão dos representantes da CMP e da CONTAG para que as melhorias, assim como as obras de retomada das operações do PNHR, não sejam computadas no limite da capacidade de execução simultâneas das EOs.

5.22 Antes de encerrar a reunião, a coordenadora do Comitê, Mirna Chaves, diz que o MCID está buscando é encontrar a solução que melhor atende à demanda do Presidente da República. Precisa saber se o que atende melhor é uma solução de separar a produção da melhoria, é criar uma linha de atendimento voltada somente à diminuição do déficit rural de moradias sem banheiro, é associar a melhoria à solução de banheiro, etc.

5.22.1 Avalia que as contribuições de dia de hoje já fizeram a equipe do DHR refletir a melhor forma de rever as normas do MCMV Rural na parte relativa a projetos e execução de obras: por exemplo, remuneração maior para a AT no caso de melhoria habitacional, adiar a apresentação da documentação relativa ao laudo técnico e relatório fotográfico para depois da contratação, etc. Todas essas ideias têm que ser mais bem analisadas para verificar suas viabilidades e considerar quais outros problemas elas podem trazer ao processo de contratação, de execução e de acompanhamento da obra.

5.22.2 Considera que a agenda decorrente da demanda presidencial para reduzir o déficit de banheiros em zona rural vai seguir em paralelo ao processo de revisão das normas do MCMV Rural, para o qual já existe um série de reuniões semanais do Comitê, agendadas para os meses de abril e maio próximos. Informa que a agenda já está definida e consta dos convites já enviados a todos.

Tratados todos os assuntos da pauta e feitos os encaminhamentos, a reunião foi encerrada.